

11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas

01.06.2016

Ponto 2.5

Declaração de Voto

Proposta de Abertura de Concurso Público para a formação do Contrato de Concessão da Gestão e Exploração do Centro Cultural da Malaposta

É sobejamente conhecida a posição da CDU no que deve ser a política cultural do nosso concelho. Uma política cultural virada para todos, inclusiva, democrática, abrangente e tendo como privilegiados os agentes locais.

Mas façamos um pouco de história para memória futura:

Na segunda metade da década de 80 surgiu a ideia de desenvolver um projeto cultural inédito, diversificado e abrangente como forma de fazer chegar a arte e o espetáculo à população em geral, desmistificando o paradigma que a cultura é só para alguns. Foi com este propósito que os presidentes das Câmaras Municipais de Amadora, Loures, Sobral de Monte Agraço e Vila Franca de Xira, em 1987, firmaram a decisão de criar um organismo intermunicipal com o objetivo de prestar às populações destes concelhos serviços culturais de qualidade e acessível a todos. Assim nasceu o projeto – AMASCULTURA – Associação Intermunicipal para a Área Sociocultural.

No âmbito da AMASCULTURA foi constituído o primeiro Centro Dramático (Centro Dramático Intermunicipal Almeida Garrett) para servir os quatro municípios, nomeadamente prover serviços culturais onde a animação sociocultural incluiu o teatro, as artes plásticas, o cinema, a dança, a literatura, a poesia ou a música.

O Centro Cultural Malaposta foi inaugurado em **Dezembro de 1989** e no início de 1990 começaram a ser desenvolvidos projetos nas áreas de produção e formação teatral e, ainda, de animação cultural.

Em 1998, com a criação do concelho, Odivelas “herdou” este importante equipamento cultural, que ao longo dos anos se veio a tornar numa referência na AML e, por isso tornou-se, por inerência, membro da AMASCULTURA.

Por vicissitudes políticas diversas, **em Março de 2001** a Assembleia Intermunicipal da AMASCULTURA deliberou extinguir a associação.

Em Maio de 2002 a CM Odivelas delibera assumir, a partir de Julho desse ano, todos os bens, direitos e obrigações, incluindo os referentes ao pessoal da associação intermunicipal.

Em Setembro de 2002 a CM Odivelas delibera constituir a Odivelcultur, para administrar todos os bens direitos e obrigações relativos à Amascultura e também os outros equipamentos, O Auditório da Póvoa de Santo Adrião e o Centro de Artes e Ofícios. Na altura

questionámos e criticámos a ausência de um estudo de viabilidade económica independente e imparcial, pois em nossa opinião a decisão tomada foi a mais onerosa. Estas críticas e reparos vieram a ser confirmadas numa análise *à posteriori*, quando é constatado que a CMO terá de efetuar subsídios à exploração que, em 2003, são calculados em 401 mil 667 euros, enquanto que se tivesse optado pela inserção na Odivelgest ter-se-iam poupado ao erário público, só em custos de administração e apoio, cerca de 140 mil euros, ou seja mais de 1/3 daquela verba.

Em Março de 2005, na aprovação do relatório de gestão da empresa, fica demonstrado que no ano de 2004 a CMO, além do subsídio à exploração teve que cobrir os prejuízos no valor superior a 680 mil euros.

Ao longo dos anos e até à fusão desta empresa com a Odivelgest, os subsídios à exploração foram sempre aumentando e as verbas para cobrir os prejuízos foram também de grande monta.

Em Julho de 2007, quando da deliberação de fusão das empresas municipais Odivelgest e Odivelcultur reafirmámos o que vínhamos dizendo ao longo dos anos, que a Odivelcultur EM deveria ser extinta e deveria ser feita a conseqüente devolução da gestão dos equipamentos culturais ao Departamento Sociocultural da Câmara.

Em Novembro de 2012 já após a publicação da Lei 50/2012 de 31 de Agosto, na deliberação de justificação para continuidade da Municpália, voltámos a afirmar que não defendemos a sua extinção, tão só consideramos que o projeto cultural desenvolvido pela Malaposta poderia e deveria ser dirigido e desenvolvido diretamente através dos serviços culturais, pois além do subsídio à exploração de quase um milhão de euros, a CMO tem de repor anualmente os prejuízos, que rondam os 200 mil euros. Referimos ainda que o parecer justificativo da continuidade da empresa é a tentativa desesperada do PS em manter a Municpália, no seu atual quadro de funções, quando o que se exige é mais rigor e transparência na gestão dos dinheiros públicos.

Em Dezembro de 2013 quando da apresentação do plano de reestruturação apresentado pela Municpália afirmámos que a conceção da CDU do que deve ser a política cultural no nosso concelho, o que, acrescendo o avolumar de prejuízos e a relação de subsidiodependência, primeiro entre a Odivelcultur e a Câmara, à época e ano após ano, justificou a nossa defesa de extinção da Odivelcultur e a conseqüente devolução da gestão dos equipamentos culturais ao Departamento Sociocultural da Câmara e existente assim à época. Assim e ano após ano, a maioria PS/PSD que tem governado esta câmara insistiu cega e teimosamente no mesmo caminho.

Em Março de 2014 com a aprovação das contas de 2013 da Municpália, o que tinha sido considerado como “a tábua de salvação” para a empresa – a gestão do Pavilhão Multiusos – veio a revelar-se como o maior “flop”, nesse ano os prejuízos da Municpália atingiam os 750 mil euros.

Em Outubro de 2014 a Câmara foi obrigada a extinguir a empresa municipal, por imposição de uma lei que decorreu do Memorando da Troika, a que o PS, PSD e CDS-PP decidiram amarrar o País.

Hoje e após cerca de ano e meio de gestão municipal, eis que a maioria PS / PSD apresenta a proposta para abertura de concurso público para formação de concessão da gestão e exploração do Centro Cultural da Malaposta.

Até dá vontade de dizer que o que PS e PSD não conseguiram fazer com a água, querem agora fazer com a cultura!

Muito importante é sublinhar que a par da inversão do processo de privatização da água e a sua manutenção na esfera pública, com a criação dos SIMAR, só possível com a vitória da CDU na Câmara de Loures, esta decisão do PS apoiada mais uma vez pelo PSD de privatização do mais importante equipamento cultural do concelho é seguramente a decisão mais importante e com maior significado político do PS neste mandato. Uma decisão que entendemos errada, inaceitável e contra a qual nos bateremos neste e em todos os palcos onde nos for possível.

Não aceitamos a privatização da cultura no nosso concelho e a demissão completa de quem tem essa responsabilidade na programação e definição da política cultural concelhia.

Não pactuaremos com esta opção, que assenta única e exclusivamente na justificação da diminuição de despesa, o que aliás fica por demonstrar, e suportada em estudos estritamente economicistas, difíceis aliás de entender se comparado com outros elaborados pela mesma consultora e que na altura serviram de justificação para a criação da Municpália. Não estivemos de acordo na altura. Tínhamos razão. Não estamos de acordo agora, estamos certos de que o tempo nos virá dar razão.

Temos a convicção de que a cultura é sempre um investimento e não um encargo. Um investimento no desenvolvimento, na elevação cultural e cognitivo da população.

Por isso reafirmamos o que os vereadores da CDU, ao longo de todos estes anos sempre afirmaram, defenderam e continuam a defender e a pugnar por um desenvolvimento e ação culturais que envolva as populações e os agentes culturais locais, um projeto cultural abrangente e agregador, dinâmico que tenha como interlocutores os agentes locais. Cultura de todos e para todos.

Odivelas 1 de Junho de 2016

Os Vereadores da CDU